



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

Direcção Nacional de Gestão Ambiental

Projecto de REDD+

Termos de Referência

Consultoria para Avaliação Ambiental e Social Estratégica (SESA) no âmbito do REDD+

1 . Introdução

Moçambique é um dos países que está a participar no processo de preparação para a Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e actualmente está a implementar o seu Plano de Prontidão para o REDD+ (R-PP). Uma das finalidades do R-PP é a preparação da estratégia do REDD+ em Moçambique. Para o efeito, e com vista a assegurar que as salvaguardas ambientais e sociais dos projectos de REDD+ sejam incorporados na estratégia, é necessário realizar uma Avaliação Ambiental e Social Estratégica (SESA) para avaliar os potenciais impactos das políticas e programas nacionais relacionados com REDD+, formular alternativas e delinear mecanismos de mitigação.

A Avaliação Ambiental e Social Estratégica é essencial para assegurar que a estratégia do REDD+ inclua aspectos de conservação de biodiversidade (por exemplo, a consideração dos planos das áreas de conservação) ao mesmo tempo que procura proteger as comunidades locais de potenciais impactos de REDD+ no modo de vida e subsistência das comunidades (por exemplo, os direitos de uso e aproveitamento de terra).

No geral SESA irá influenciar a abordagem da estratégia do REDD+ com relação aos aspectos locais, de certo modo ligados aos mecanismos de adaptação das espécies e ecossistemas bem como das populações locais..

O R-PP é apoiado técnica e financeiramente pelo Fundo de Parceria Florestal do Banco Mundial (FCPF). A SESA é uma premissa e faz parte dos procedimentos do FCPF para que o país possa apropriar-se do desenho da estratégia nacional do REDD+ e que possa identificar antecipadamente e de modo transparente e participativo as questões ambientais e sociais que requerem atenção.

2 . Objetivo geral

Identificar *ex-ante* oportunidades para mitigar os riscos ambientais e socio-econômicos derivados da implementação de projectos de REDD+ ou de programas de desenvolvimento, bem como os mecanismos através dos quais estas oportunidades podem ser incorporadas na estratégia nacional do REDD+.

2.1. Objetivos específicos

Identificar oportunidades que:

- Permitam uma compreensão do ambiente operacional para programas de REDD+, incluindo a análise das partes interessadas e as dimensões sócio-ambientais das causas de mudança de cobertura florestal;
- Visualisem e avaliem os possíveis impactos ambientais e sociais e questões relacionadas ao programa REDD+;
- Visualisem e avaliem potenciais impactos de programas de desenvolvimento nas mudanças de cobertura florestal;
- Desenvolvam uma abordagem de engajamento multilateral para enfrentar estes impactos e;
- Proponham métodos e medidas para mitigar os riscos ambientais e socio-econômicos durante a implementação da estratégia de REDD+;

3. As ligações entre a SESA e a Estratégia Nacional de REDD+

A SESA irá contribuir para o processo de preparação da estratégia do REDD+ avaliando como as opções estratégicas do REDD+ abordam as prioridades ambientais e sociais associados com os atuais padrões de uso da terra e manejo florestal. Além disso, a SESA irá avaliar as ligações inter-sectoriais no processo de ordenamento territorial e os custos de oportunidade envolvidos com diferentes usos da terra.

SESA irá igualmente acessar a aplicação da avaliação ambiental dos ecossistemas e levará em conta os fatores intangíveis na valorização das florestas e dos recursos florestais. Dada a natureza das opções de projectos de REDD+, e o seu potencial impacto nas comunidades locais, a SESA deverá focar no direito, na posse e no acesso e no benefício dos recursos naturais pelas comunidades. As lacunas identificadas através dessas avaliações irão fortalecer as opções da Estratégia Nacional de REDD+.

A SESA irá preparar as bases para se desenvolver uma Ferramenta de Gestão Ambiental e Social (ESMF) que irá delinear os procedimentos a serem seguidos para gerir os potenciais impactos ambientais e sociais das opções específicas da Estratégia Nacional de REDD+.

Este processo de SESA estará ligado ao trabalho realizado no âmbito do Programa Estratégico para a Resiliência do Clima (SPCR) e o Programa Piloto para a Resiliência Climática (PPCR) que está sendo realizada pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e o Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD).

4. Opções estratégicas de REDD + e abordagem de SESA,

O Governo de Moçambique pretende que a Avaliação Ambiental e Social Estratégica seja feita utilizando abordagens participativas, transparentes e abrangentes. O processo de implementação será supervisionado pelo Comité Técnico de Revisão. A implementação de REDD+ vai envolver as comunidades que dependem da floresta, mulheres e outros grupos afetados da melhor forma possível. Mais ainda, diversos sectores da sociedade, governo, Estado e sector privado serão afectados pela implementação do REDD+, sendo por isso, importante considerá-los no processo de realização da SESA.

Apesar de que o REDD+ está previsto para ter benefícios significativos sobre as mudanças climáticas, corre o risco de causar impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais que dependem das florestas. Portanto, a SESA será realizada a fim de avaliar esses potenciais impactos positivos e negativos.

Algumas das perguntas que a SESA pode abordar incluem:

- Análise de implicação na posse da terra e os direitos aos serviços ambientais, em particular de carbono, os direitos para vender e lucrar com isso;
- Avaliação do impacto de desenvolvimento de REDD+ à grande escala tendo em conta que as atuais manifestações de interesse do sector privado em REDD+ já atinge cerca de 30% do país e muitas iniciativas comunitárias serão igualmente implementadas durante o período de prontidão (implementação do R-PP) e depois deste;
- O impacto de REDD+ sobre os investimentos e os atuais titulares de direitos de uso e aproveitamento de terra e ainda pessoas cuja subsistência dependem das florestas, tanto nas áreas rurais como urbanas;
- A questão da adicionalidade e o vazamento com relação ao envolvimento das comunidades em diversas formas de manejo de produtos florestais (PFM) para adequar as suas atividades e obter uma compensação no contexto de REDD+;
- Que tipo de plantio de árvores é elegível para o financiamento ou compensação de REDD+? Quais são as vantagens e desvantagens entre as plantações em grande escala, o balanço de carbono e conservação da biodiversidade?

- Quais são as vantagens e desvantagens econômicas, sociais e ambientais entre implementação de REDD+ e as metas de desenvolvimento? Como podem estes ser harmonizados?
- Como será definido o nível de referência e que opções reais existem para ser alcançado? Qual o papel que as diferentes partes interessadas irão desempenhar e quais são os prováveis impactos?

Além disso, o processo participativo de SESA procurará envolver todas as partes interessadas, mantendo um foco sobre os grupos de interesse mais afetados.

Dado que o FCPF é a principal fonte de financiamento para a fase de prontidão ao REDD+, a SESA não deve apenas cumprir com as políticas de salvaguarda do Banco Mundial, mas também considerar a legislação nacional em vigor, os acordos internacionais ratificados pelo Governo de Moçambique e os princípios de práticas e protocolos internacionais que protegem os direitos de cidadãos, especialmente no que diz respeito aos impactos sobre o meio ambiente, direitos costumeiros e acesso aos recursos naturais.

5. Âmbito do Trabalho

A Avaliação Ambiental e Social Estratégica terá enfoque e incluirá entre outras:

- Análise abrangente das partes interessadas,
- Descrição da situação social e ambiental inicial do sector florestal e outras formas de uso de terra que possam alterar a cobertura de terra,
- Análise dos possíveis impactos de REDD+ para diferentes cenários e opção de estratégia,
- Análise dos impactos das diferentes alternativas de REDD+ e da verificação de conformidade com as directivas do Banco Mundial e políticas nacionais.

A preparação do SESA será a base para a formulação da Ferramenta de Gestão Ambiental e Social (ESMF) ou seja:

- A SESA vai garantir a conformidade das salvaguardas ambientais e sociais para a preparação da Estratégia Nacional do REDD+ e providenciar as bases para a elaboração da ESMF a qual irá assegurar a implementação da Estratégia Nacional do REDD+;
- A ESMF irá beneficiar das recomendações de SESA. Ela examinará os riscos e impactos potenciais associados com um ou mais projetos, atividades ou políticas/regulamentos que podem ocorrer no futuro, como parte da implementação das opções estratégicas de REDD+.

Assim, o consultor deve identificar as interfaces entre o REDD+ e os processos anteriores e definir claramente a possibilidade de sinergias.

5.1. Principais tarefas e etapas

Tarefa 1: Análise das partes interessadas

O consultor deverá rever e actualizar a lista completa de partes interessadas identificadas durante a formulação do R-PP que estão diretamente relacionados com os impactos sociais e ambientais da preparação para REDD+ e o processo de implementação.

O consultor deverá elaborar um mapa com o panorama das partes interessadas, incluindo as posições e pontos de vista dos vários intervenientes no sector florestal, com um foco particular em programas de REDD+.

O consultor deverá identificar e concentrar-se nas partes que foram mais activamente engajados no processo até agora e avaliar criticamente se algum grupo de interessados foi deixado de fora do processo devido à falta de consciência e capacidade de se envolver em discussões sobre REDD+.

O consultor deverá tomar em consideração as constatações das consultas anteriores (como parte da preparação do R-PP ou para a preparação de projectos individuais).

Lançamento do Plano de Trabalho

O Consultor deverá apresentar ao Comité Técnico de Revisão a versão preliminar do plano de trabalho e orçamento para validação das partes interessadas em um seminário nacional, a fim de definir a legitimidade do plano de trabalho e todas as consultas subsequentes das partes interessadas e processos de participação.

Opiniões, comentários e consensos saídas do seminário de validação deverão ser integradas na versão preliminar do plano de trabalho antes de elaborar o plano de trabalho final, que será divulgado ao público através de meios ou plataformas apropriadas acordadas entre o consultor e o Comité Técnico de Revisão.

O resultado deste passo será a validação do plano de trabalho e orçamento.

Tarefa 2: A descrição inicial da situação social e ambiental do sector florestal e outras formas de uso de terra que possam alterar a cobertura florestal em Moçambique

Esta tarefa fornece uma actualização do diagnóstico já feito para o R-PP e baseia-se nos estudos detalhados de questões ambientais e sociais sobre REDD+, que já estão em andamento. Portanto, o consultor irá coletar, analisar e apresentar os dados essenciais relativos à actual situação ambiental e social do sector florestal e outras

formas de uso de terra que possam alterar a cobertura florestal em Moçambique, incluindo:

- Um mapa das comunidades dependentes da floresta e os grupos desfavorecidos que acessam recursos florestais (segundo as linhas da análise das partes interessadas);
- Um mapa das causas de mudança de cobertura florestal incluindo e a descrição do potencial dano ambiental associado a essas mudanças;
- Uma revisão da relação entre as comunidades dependentes da floresta com o seu entorno segundo perspectivas étnica, histórica, cultural e económica, bem como uma análise de suas ligações, acesso e uso dos recursos florestais, incluindo as instituições formais/informais e mecanismos internos em relação ao uso das florestas e a partilha de benefícios a partir desta utilização;
- Um resumo de suas opiniões, preocupações e recomendações para o programa REDD+.

Os resultados desta tarefa são: o mapa das comunidades, o mapa das causas de mudança de uso e cobertura, descrição das relações entre comunidades e as florestas e as opiniões e percepções dos grupos comunitários sobre o REDD+.

Tarefa 3: Delinear o regime regulatório, político e legislativo

O esboço do regime legislativo, regulatório e político (em relação à gestão dos recursos florestais, uso da terra, as empresas florestais, e outras que possam alterar a cobertura florestal, etc.) deve desenhar a partir da avaliação descrita na Secção 2 do R-PP com enfoque em propostas de reformas a este regime, como parte da implementação da Estratégia Nacional de REDD +. Esta parte da análise deve incluir:

- A revisão de actos relevantes, regulamentos, políticas e estratégias governamentais a respeito do uso dos recursos florestais *versus* uso tradicional e direitos de usufruto aos recursos florestais;
- Uma análise das disposições constitucionais e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre comunidades locais e povos indígenas, o entendimento das partes interessadas relevantes e suas implicações para programas de REDD+.

O resultado desta tarefa é uma análise documental do quadro legal sobre os direitos das comunidades locais com relação ao acesso, posse, e utilização dos recursos naturais, com ênfase a terra e florestas.

Tarefa 4: Esboço das opções estratégicas do REDD+

O consultor irá preparar uma descrição indicativa de opções de estratégias do REDD+, as principais considerações sociais e ambientais, e os vários riscos envolvidos na implementação.

O consultor irá analisar os impactos sociais e ambientais de cada opção estratégica. Isso vai ajudar a Unidade Técnica do REDD+ (UT-REDD+) a orientar o programa na direção certa para a redução da pobreza, proteção ambiental, desenvolvimento sócio-econômico e à proteção dos direitos costumeiros e da biodiversidade.

O resultado desta tarefa é um quadro de opções elegíveis para o REDD+ com a respectiva indicação de potenciais impactos sociais e ambientais.

Tarefa 5: Formulação de regras de execução

O consultor deverá elaborar uma descrição das disposições necessárias para as modalidades de implementação com enfoque sobre os procedimentos para:

- (i) Seleção e avaliação dos impactos ambientais e sociais específicas do local,
- (ii) Elaboração de planos de ação com prazos para reduzir, mitigar, e/ou compensar os impactos adversos,
- (iii) acompanhar a implementação dos planos de ação, incluindo os mecanismos de participação das partes interessadas na fiscalização.

O resultado desta tarefa é um quadro de regras de execução das medidas de mitigação dos impactos sociais e ambientais identificados na tarefa anterior, incluindo os mecanismos específicos de cada actividade e de cada região, com base no conhecimento adquirido nas tarefas anteriores.

Tarefa 6: Análise das necessidades institucionais específicas dentro do quadro de implementação do REDD +

O consultor irá analisar a autoridade e capacidade das instituições em diferentes níveis administrativos (nível local, distrital, provincial/regional e nacional) em relação a sua capacidade de gerir e monitorar a implementação da Ferramenta de Gestão Ambiental e Social (ESMF). As lacunas de capacidade precisam ser destacadas e ser abordadas no capítulo de capacitações institucionais.

A análise deve basear-se principalmente na seção 2d do R-PP, mas pode propor novos actos, normas e regulamentos, novas agências ou funções de agência, as necessidades de pessoal, arranjos inter-sectoriais, procedimentos de gestão, acompanhamento de operação e disposições de manutenção, orçamento e apoio financeiro.

Resultado desta tarefa são um relatório de análise das capacidades actuais e as necessidades institucionais que têm a função de realizar a monitoria da aplicação das salvaguardas ambientais e sociais no âmbito do REDD+.

6. Seguimento das actividades do Consultor

O Consultor responde ao Coordenador Nacional do REDD+, o qual tem as funções de coordenar as actividades do R-PP em Moçambique. O trabalho do consultor será feito em coordenação com a Unidade Técnica do REDD+ (UT-REDD) e o Comité Técnico de Revisão, ambos órgãos de assessoria do Coordenador Nacional do REDD+. Neste contexto, o Consultor terá reuniões regulares com o Coordenador do REDD+, a UT-REDD e com o Comité Técnico de Revisão. O consultor deverá apresentar o progresso do trabalho periodicamente nos Conselhos Técnicos e Conselhos Consultivos do MICOA e do MINAG de acordo com as necessidades.

7. Produtos a entregar

A seguir estão alistados os produtos a serem entregues pelo consultor em hardcopy e softcopy (o texto principal e tabelas em programas de Microsoft Office e os mapas no formato shape). Os documentos serão entregues na língua portuguesa e a versão final traduzida para inglês.

- a) Plano de trabalho e orçamento para as consultas sobre a SESA
- b) Mapa das comunidades, o mapa das causas de mudança de uso e cobertura, descrição das relações entre comunidades e as florestas e as opiniões e percepções dos grupos comunitários sobre o REDD+.
- c) Relatório da análise documental do quadro legal sobre os direitos das comunidades locais com relação ao acesso, posse, e utilização dos recursos naturais, com ênfase a terra e florestas
- d) Quadro de opções elegíveis para o REDD+ com a respectiva indicação de potenciais impactos sociais e ambientais
- e) Quadro de regras de execução das medidas de mitigação dos impactos sociais e ambientais identificados na tarefa anterior, incluindo os mecanismos específicos de cada actividade e de cada região, com base no conhecimento adquirido nas tarefas anteriores.
- f) Relatório de análise das capacidades actuais e as necessidades institucionais que têm a função de realizar a monitoria da aplicação das salvaguardas ambientais e sociais no âmbito do REDD+.

8. Qualificações

O processo SESA deverá ser facilitado por um perito (Team Leader) reconhecido a nível internacional ou firma de consultoria que irá trabalhar com uma equipe de especialistas nacionais nas seguintes áreas: (i) Recursos Naturais/Gestão Florestal, (ii) Desenvolvimento Social, (iii) Avaliação Ambiental, (iv) Engajamento dos Parceiros, (v) GIS. O conhecimento e experiências nas seguintes áreas de trabalho são necessários:

(Team Leader) Analista Político/Planificador

1. Deve ter experiência comprovada no sector ou experiência na avaliação de políticas públicas e estratégias nacionais de desenvolvimento;
2. É necessária experiência mínima de 10 anos, dos quais 5 anos são de experiência relevante em países em desenvolvimento;
3. Deve ter pelo menos 2 anos de experiência de trabalho em países da África Austral;
4. Experiência em Moçambique é uma vantagem;
5. Deve ter formação académica em gestão de recursos naturais, ciências ambientais ou sociais.
6. Experiência em SEA ou SESA é desejável;
7. Conhecimento de salvaguardas do Banco Mundial e de políticas nacionais relevantes em Moçambique é uma obrigação.

Especialista em Recursos Naturais/Florestais

1. Deve ter pelo menos 10 anos de experiência em gestão florestal, incluindo trabalhos em projectos madeireiros e não madeireiros.
2. É necessário pelo menos dois anos de experiência em análise ou implementação de projetos florestais;
3. É desejável conhecimento sobre o quadro jurídico, político e institucional dos recursos naturais e de desenvolvimento sustentável;

Especialista em Desenvolvimento Social

1. Deve possuir pelo menos 10 anos de experiência de trabalho em comunidades dependentes da floresta na África Austral ou em Moçambique.
2. É necessária familiaridade com as questões sociais associadas as florestas da África e de Moçambique em particular e as políticas e salvaguardas do Banco Mundial.
3. Pelo menos três anos de experiência na África Austral e de Moçambique em particular são necessários, incluindo experiência na aplicação de diagnóstico rural participativo.
4. Conhecimento de questões sociais e econômicas e suas tendências é desejável.

Especialista no Engajamento dos Parceiros

1. Deve ter pelo menos 10 anos de experiência em planeamento e envolvimento participativo com um amplo espectro de partes interessadas aos níveis nacional, regional e local.
2. Experiências em questões relacionadas com florestas e a gestão do uso da terra são obrigatórios.
3. Capacidade de se comunicar nas principais línguas locais é desejável.

Especialista Ambiental

1. Deve ter pelo menos 10 anos de experiência em avaliação ambiental nos países em desenvolvimento.
2. É necessária familiaridade com as questões ambientais associadas aos recursos florestais e as políticas do Banco Mundial relacionadas com salvaguardas ambientais.
3. Deve ser conhecedor do quadro legal com ênfase na legislação ambiental de Moçambique.
4. Experiência em avaliação ambiental é desejável.

Especialista em Mapeamento

1. Deve ser capaz de cobrir todas as exigências de mapeamento do SESA,

2. Experiência de pelo menos 5 anos e experiência comprovada em técnicas de mapeamento e utilização do GIS é requerida.

Outras qualificações requeridas

1. Todos membros da equipe devem ser fluentes em Português e Inglês.
2. Utilização das línguas locais é desejável entre a equipe, especialmente para os especialistas de Desenvolvimento Social e de Engajamento dos Parceiros.
3. Subsídios técnicos específicos sobre a parte legal, projetos de desenvolvimento de infra-estrutura, avaliação de gênero e meio ambiente e recursos naturais devem ser apresentado pelo consultor, conforme necessário.
4. Perícia internacional com comprovada experiência na aplicação de políticas de salvaguardas do Banco Mundial é uma obrigação para o *team leader*.

Documentos importantes a consultar:

- R-PP Moçambique
- Strategic Environmental and Social Assessment for REDD+: what they are, why they matter, and how to do them? (Donald and Lichtenstein)
- Strategic Social and Environmental Assessment (SESA) and the Environmental and Social Management Framework (ESMF) as developed by the Forest Carbon Partnership Facility (Presentation by Bloomley)